

## Junta de Freguesia de Machico faz hoje visita à seleção dos melhores candidatos ao concurso de fontanários

Na segunda edição, a iniciativa deste ano registou o dobro das participações de 2006. Criar espaço e motivos de animação nas tardes longas de Junho, manter e reavivar tradições fomentando o convívio, são os objectivos.



CONCURSO DE FONTANÁRIOS EM MACHICO

ARQUIVO/AGOSTINHO SPÍNOLA

# Exame de Filosofia lidera em número de faltas

*Direcção Regional de Educação afirma que na 1ª fase de Exames Nacionais não se registaram problemas*

### BALANÇO - PRIMEIRA FASE DE EXAMES

Exame	Inscrições	Presenças	Faltas	% de faltas
Psicologia	1077	676	401	32,7
Matemática	1430	1164	266	18,6
Economia	489	356	133	27,2
Biologia	648	485	163	25,2
Biologia e Geologia	1101	689	412	37,4
Português B	2189	1776	342	16,1
Filosofia	293	81	212	72,4
Química	371	203	168	45,3
Físico-Química	1192	713	479	40,2

Ana Luísa Correia  
acorreia@dnoticias.pt

**A** Direcção Regional de Educação (DRE) está surpresa com o número de faltas registadas na 1ª fase dos Exames Nacionais do Ensino Secundário.

Ana Maria Abreu, porta-voz da DRE em matéria de provas, explica que não estava à espera que houvesse tantos alunos faltosos, até porque, se antes era possível que os estudantes dividissem os exames pelas duas fases sem qualquer prejuízo, actualmente, os alunos da nova reforma só podem realizar dois exames na 2ª fase e se não tiverem reprovado a mesma disciplina na 1ª fase.

**Os alunos da nova reforma só podem realizar dois exames na 2ª fase. Por isso o número de faltas na 1ª fase surpreendeu a Direcção Regional de Educação.**

Química, Físico-Química e Biologia/Geologia, aqueles que também tiveram percentagem de faltas entre os 35 e os 50%. As provas com menos faltas foram as de Português B e Matemática.

Em termos gerais, a 1ª fase dos Exames Nacionais decorreu bem na Região. As poucas eventualidades foram ‘mínimas’ e resumiram-se a situações

xar muitas disciplinas para o segundo momento das provas.

E na 1ª fase foi o exame de Filosofia que teve maior número de faltas (72,4% dos inscritos). A porta-voz da DRE admite que alguns alunos podem se ter inscrito por engano nesta prova até porque a Filosofia só é necessária para o ingresso. O mesmo não se poderá dizer da

de fácil resolução como a falta de um professor vigilante, e “não perigaram os exames”.

Em termos da opinião dos alunos e de alguns professores sobre as provas, Ana Maria Abreu diz que é muito relativo o facto de os estudantes dizerem que gostaram ou não. Mas a opinião de alguns docentes chegou até à DRE. “No caso da Física, dizem que não foi nada fácil”, exemplifica. “Em relação à Físico-Química e à Química, disseram que os exames foram bastante acessíveis, mas se foi acessível para uns, pode não ter sido para outros.” Só as notas, afixadas no próximo dia 6 de Julho, poderão dar o juízo final.

Ainda não é possível prever o número de alunos que estarão inscritos na 2ª fase de exames, que decorrerá entre os dias 12 e 17 de Julho. Além daqueles que não realizaram as provas na 1ª fase, haverá ainda alunos que as terão de repetir por não terem tido aproveitamento positivo e também os que quiserem fazer melhoria de nota. As inscrições para a 2ª fase decorrem de 6 a 10 de Julho.



Em causa está o Solar do Massapez.

## Tribunal suspende decisão da DRAC

Sílvia Ornelas  
sornelas@dnoticias.pt

suspender os trabalhos foi considerada “obscura e insuficiente”.

Tanto Élvio Sousa, do CEAM, como Paulo Cafôfo, da ARCHAIS, “regozijam-se” pela decisão do tribunal, sublinhando que este é “um momento importante para a justiça cultural associativa e para a história da arqueologia em Portugal”.

“O bom nome e a competência das associações são recompensados, prevalecendo o reconhecimento do trabalho em prol da comunidade regional”, afirmam numa declaração conjunta ao DIÁRIO.

Élvio Sousa e Paulo Cafôfo acusam ainda a DRAC de pauperizar a sua actuação, no capítulo

**CEAM e ARCHAIS** consideram que a decisão é importante para a justiça cultural e associativa

da arqueologia, pela “falta de diálogo e de concertação”, lembrando que as “entidades públicas”, como a DRAC, “têm deveres legislativos e de cidadania que não têm vindo a ser cumpridos, pelo que a acção futura das associações passará por essa exigência do cumprimento dos normativos legais, nomeadamente a existência de legislação de enquadramentos e recursos financeiros”.

Os trabalhos das duas associações tiveram início no final do ano passado, não tendo decorrido sequer um mês até à suspensão exigida pela DRAC. A decisão impediou o registo e a recuperação do património cultural, já que os trabalhos não podem ser retomados, uma vez que o solar foi já reconstruído e inaugurado.